



Serviço Público Federal  
Ministério da Educação  
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



\* MINUTA DE DOCUMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23452.000133/2022-87

ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO \_\_\_\_/2022-UFMS

CONTRATO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO DE  
ESPAÇO FÍSICO CELEBRADO ENTRE A FUNDAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL E A  
EMPRESA \_\_\_\_\_

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com sede na Av. Costa e Silva, s/nº – Bairro Universitário, na cidade de Campo Grande/MS, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 15.461.510/0001-33, neste ato representada pelo Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura, Augusto Cesar Portella Malheiros, nomeado pela Portaria nº 1.169 de 28 de setembro de 2017, portador da matrícula funcional nº 1144834, doravante denominada CONCEDENTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONCESSIONÁRIA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº 23452.000133/2022-87, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente **TERMO CONTRATO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO DE ESPAÇO FÍSICO**, com a finalidade específica de exploração de serviço de **LANCHONETE**, decorrente do Pregão nº 20/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a *Concessão onerosa administrativa de espaço físico para exploração de serviços de lanchonete/cantina, via contratação de pessoa jurídica, situado no Câmpus de Nova Andradina da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em área de 13,05 m². Finalidade específica para exploração de lanchonete/cantina., que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.*

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da Contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	V M/ ACI DA  PRO
1	Concessão onerosa administrativa de espaço físico para exploração de serviços de lanchonete/cantina, via contratação de pessoa jurídica, situado no Câmpus de Nova Andradina da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em área de 13,05 m². Finalidade específica para exploração de lanchonete/cantina.	15210	Cesta de Produtos	1	R\$

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços objeto da concessão administrativa de área física tem natureza continuada;
- 2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- 2.1.6. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.1.7. O prazo para início da execução é aquele estabelecido no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E DEMAIS CONDIÇÕES

3.1. As obrigações da CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA são aquelas definidas no Termo de Referência.

3.2. Demais condições:

- 3.2.1. O espaço deverá destinar-se única e exclusivamente à prestação de serviços de LANCHONETE.
- 3.2.2. Alterações ou modificações no espaço físico oriundo desta concessão, tais como obras, instalações elétricas, iluminação, rede de internet, telefone, etc., são de inteira responsabilidade da empresa e devem ser acompanhadas por um profissional capacitado para a mesma e submetida à aprovação prévia da CONCEDENTE, conforme disposto no item 7.8 do Termo de Referência, anexo do Edital.
- 3.2.3. A Concessionária é responsável por conscientizar e cientificar seus empregados sobre as condutas adequadas às normas éticas da UFMS, bem como quanto a obrigatoriedade de observância às Normas de Segurança do Trabalho e da utilização de Equipamentos de Proteção Individual – EPI. (Incluído em atendimento às medidas de tratamento de riscos à integridade estabelecidas no Plano de Integridade desta Universidade, aprovado pela Resolução do Conselho Diretor nº 132, de 15 de julho de 2019, devidamente publicada no Boletim Oficial nº 7084).
- 3.2.4. A Concessionária é corresponsável pelas condutas éticas de empregados no âmbito da UFMS, devendo contribuir para o uso racional dos recursos públicos e o zelo ao patrimônio público, sob pena de cominação criminal individualizada, além das medidas administrativas

em desfavor da Contratada. (Incluído em atendimento às medidas de tratamento de riscos à integridade estabelecidas no Plano de Integridade desta Universidade, aprovado pela Resolução do Conselho Diretor nº 132, de 15 de julho de 2019, devidamente publicada no Boletim Oficial nº 7084).

#### 4. **CLÁUSULA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES**

4.1. Os termos, cláusulas e condições deste ajuste poderão ser alterados mediante Termo Aditivo, nas situações e limites permitidos pela Lei n.º 8.666/93, observando o interesse público; excetuada a vigência, conforme prevista na CLÁUSULA SEGUNDA.

4.2. Na hipótese da ocorrência, na forma da lei, de sub-rogação, cisão ou incorporação da **CONCESSIONÁRIA**, deverá ser celebrado ajuste contratual específico, observados os procedimentos estabelecidos na Lei 8.666/93 e outras disposições aplicáveis, respeitadas as mesmas condições previstas neste instrumento.

#### 5. **CLÁUSULA QUINTA – DOS VALORES E DO REAJUSTE**

5.1. O valor mensal ajustado pela concessão onerosa de uso do espaço físico descrito na Cláusula Primeira é de **R\$ 286,06 (duzentos e oitenta e seis reais e seis centavos)**.

5.1.1. O valor mensal decorrente da concessão onerosa do espaço físico poderá ser reduzido pela CONCEDENTE a 50% (cinquenta por cento) do valor mensal nos meses de recesso escolar (Janeiro e Julho) e quando ocorrerem paralisações superiores a 15 (quinze) dias, conforme previsão constante no Termo de Referência.

5.1.2. Em caso de greve da CONCEDENTE ou em outros períodos em que a CONCESSIONÁRIA não funcione por força maior, a requerimento expresso da CONCESSIONÁRIA, o valor pelo uso do espaço público decorrente da concessão onerosa poderá não ser cobrado a critério da CONCEDENTE.

5.2. O valor total ajustado, pelo período de vigência deste contrato, na data de sua publicação, corresponde a **R\$ 3.432,72 (três mil, quatrocentos e trinta e dois reais e setenta e dois centavos)**.

5.3. As regras acerca do reajuste de preços do valor da concessão onerosa do espaço físico e dos itens constantes na cesta de produtos são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### 5.4. **CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO**

5.5. A CONCESSIONÁRIA deverá recolher mensalmente o valor da concessão de uso do espaço, composto pelos valores das taxas de ocupação, de monitoramento e de coleta de resíduos, e dos consumos dos serviços de fornecimento de energia elétrica, de água e de coleta e tratamento de esgoto, através de depósito pela Guia de Recolhimento da União, conforme as regras estabelecidas no Termo de Referência.

5.6. O pagamento a que se refere o item anterior deverá ser feito no prazo estabelecido no Termo de Referência, sendo que após este prazo será constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de multa sobre o valor em atraso, inclusive com a incidência de juros previstos em lei, conforme o estabelecido no Termo de Referência.

5.7. O atraso no pagamento por período superior a 03 (três) meses, consecutivos ou alternados, dará ensejo à CONCEDENTE de providenciar a imediata restituição do espaço objeto da concessão, ficando desde já ciente a CONCESSIONÁRIA independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial.

5.8. Para efeito de controle e recebimento, os meses deverão ser considerados do 1º ao último dia; no caso de início do contrato em período diferente, deverá ser recolhido o valor do início até o último dia do mês.

#### 6. **CLÁUSULA SEXTA – DA DEVOLUÇÃO DO ESPAÇO**

6.1. Findo o contrato, a CONCESSIONÁRIA compromete-se a devolver à CONCEDENTE o espaço objeto deste Contrato, conforme estabelecido pelo item 11.22 e 11.23 do Termo de Referência.

6.2. O não atendimento do item acima dará ensejo à CONCEDENTE de promover a desocupação extrajudicial, sem necessidade de determinação judicial.

#### 7. **CLÁUSULA SÉTIMA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

7.1. A CONCEDENTE, através de servidor designado, acompanhará e fiscalizará a execução do presente Contrato, na conformidade do disposto no art. 67, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

7.2. O regime de execução do objeto a serem executados pela CONCESSIONÁRIA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### 8. **CLÁUSULA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### 9. **CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO**

9.1. Incumbirá à CONCEDENTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

#### 10. **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS MEDIDAS ACAUTELATÓRIAS**

10.1. Em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado

#### 11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO**

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONCESSIONÁRIA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONCESSIONÁRIA reconhece os direitos da CONCEDENTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. indenizações e multas.

11.5. Considerar-se-á rescindido o presente Contrato, independentemente de ato especial, retornando a área do espaço à CONCEDENTE, sem direito da CONCESSIONÁRIA a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se:

- 11.5.1. vier a ser dado à área concedida utilização diversa da que a ela foi destinada nos termos deste Contrato;
- 11.5.2. houver inobservância do prazo previsto no ato autorizativo da Concessão;
- 11.5.3. ocorrer renúncia à concessão ou se a(o) CONCESSIONÁRIA deixar de exercer suas atividades específicas ou, ainda, na hipótese de sua extinção, liquidação ou falência;
- 11.5.4. houver, em qualquer época, necessidade de a CONCEDENTE dispor, para seu uso, da área vinculada a este Contrato;
- 11.5.5. ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO**

12.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária de Campo Grande/MS - Justiça Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em via digital, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado eletronicamente pelos contraentes.

Campo Grande, MS.



Documento assinado eletronicamente por **Jackson Jacintho da Silva, Secretário(a)**, em 01/06/2022, às 15:52, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufms.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3320570** e o código CRC **678ADFE3**.

**SECRETARIA DE LICITAÇÕES**

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone:

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23452.000133/2022-87

SEI nº 3320570

Criado por [jackson.silva](#), versão 7 por [jackson.silva](#) em 01/06/2022 15:51:16.